



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania

CENÁRIOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE CRIANÇAS E JOVENS EM CONTEXTO LOCAL: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA

TREVISAN, Gabriela de Pina

Mestre em Sociologia da Infância. Doutoranda em Estudos da Criança

Universidade do Minho/IE. ESEPF/CIPAF

gabriela.trevisan@gmail.com

Resumo

As discussões atuais no âmbito da cidadania propõem um afastamento de visões restritas direitos/deveres, para permitir a inclusão de grupos sociais e etários dela afastados. Ideias de inclusão e exclusão, de esferas públicas e privadas e de exercícios diversos e distintos de cidadania, são centrais para a compreensão das cidadanias complexas. As crianças e jovens como grupos votados a exclusões sistemáticas de exercícios de cidadania - particularmente visíveis em esferas públicas da vida social - suscitam interesses investigativos, enquanto ausentes de um estatuto pleno. Reguladas por modos de controlo distantes dos seus contextos diários, as crianças dificilmente acedem a oportunidades concretas de participação política, de auscultação sobre assuntos da sua importância, de participarem em tomadas de decisão. A ideia de cidadania enquanto pressuposto de fazer parte de, é distante da de Infância. As relações de poder entre adultos e crianças, as assunções acerca das suas incompetências para o fazerem parecem justificar esse afastamento. A investigação analisou as perspectivas de crianças e jovens, acerca das suas competências de participação em processos de co decisão política, a partir de instrumentos de participação desenhados em contexto de poder local. Assumir-se-á a ideia de reconhecimento enquanto coletivo e em esfera pública como crucial para a ideia da criança cidadã. A partir de metodologias de carácter qualitativo, da observação de Assembleias Municipais Jovens, da realização de entrevistas com crianças e jovens, apontar-se-ão ideias centrais, como a de competências de decisão, priorização, influência, de crianças e jovens, apontando uma lógica de reciprocidade e interdependência entre crianças e jovens.

Abstract

Current discussions on citizenship are moving away from restrict rights/duties perspectives in order to allow inclusion of social and age groups still not included in it. Ideas of exclusion and inclusion, of public and private spheres and of diverse exercises of citizenship become central to understand complex citizenships. Children and young people as particularly subjected to systematic exclusions of exercising citizenship – especially on public spheres of social life – motivate researches on their absence of a full status as citizens. Regulated by strong control mechanisms often distant from their daily lives contexts, children hardly access specific opportunities of formal political participation, of having their opinions heard or of participating in decision making processes in matters affecting them. The idea of citizenship as taking part of a collective is then distant from childhood. Power relations between children and adults and assumptions on their incompetence seem to partially justify these constraints. The research has analysed children and young people's perspectives on their participation competences on political co decision making processes, from specific participation instruments in local governance structures. Ideas on public recognition as a collective on public spheres are assumed as crucial to build a strong idea of children's citizenship. Working with qualitative research frameworks, observing City Council Youth Assemblies, conducting interviews with participant's central ideas will be explored such as decision making competences, prioritising strategies, influence of children and young people in logics of interdependence and reciprocity.

Palavras-chave: cidadania infantil; tomada de decisão; Assembleias Municipais; participação política
Keywords: Children's citizenship; decision making; Council Assemblies; political participation

Introdução

A presente comunicação é resultado do trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do Doutoramento, versando sobre a participação e cidadania infantis em contextos públicos de ação das crianças¹. Procura compreender, de modo crítico e reflexivo, os modos de participação infantil em contextos formais dos quotidianos das crianças, assumindo-a como componente central da possibilidade de consideração teórica de uma cidadania infantil. Foca-se, essencialmente, na observação desses modos de participação na perspetiva das crianças, procurando entendê-las como sujeitos políticos, capazes de participar em processos de influência, transformação e permanência nos mundos sociais em que se movimentam. Assume-as, desse modo, como membros integrantes das sociedades e comunidades que habitam, que conhecem e reconhecem e que, por isso, ajudam a estruturar e a transformar. Este artigo partirá da análise de um contexto específico de participação política das crianças e jovens no âmbito do poder local, especificamente integrados no Programa das Cidades Amigas das Crianças (CAC) de Aveiro.

Não ignorando que a construção da cidadania se efetua em contextos formais e informais da vida social, pela construção de “identidades múltiplas” (Plummer, 2003) e pela reivindicação de estatutos individuais e coletivos, assume que no caso da Infância, a par de outras tensões analisadas, a lógica do reconhecimento das crianças como membros plenos da sociedade implica, necessariamente, o questionamento do estatuto coletivo enquanto agentes políticos, capazes de se envolver em processos formais de participação política com vista à melhoria da sua condição enquanto categoria social e geracional específica. A esfera pública, cada vez mais “domesticada” e “insularizada” (Zeheir, 2003) nos modos de vivência das crianças em contexto urbano será central na sua construção enquanto sujeito político e, também, enquanto cidadã. A ideia da sua participação aparecerá, então, intimamente ligada à de Infância enquanto coletivo produtor de transformação social a partir da sua ação, ainda que essa ação possa situar-se em diferentes domínios, nem sempre com a mesma intensidade, e nem sempre com os mesmos efeitos.

1. A possibilidade teórica da cidadania infantil: tensões e oportunidades

O debate contemporâneo da consideração da criança cidadã surge particularmente forte no âmbito dos Estudos da Infância, sobretudo na área disciplinar da Sociologia da Infância. Dois grandes fatores parecem ser consensualmente apontados para este interesse “novo”: um primeiro, associado à construção de um novo paradigma no estudo e conceção da Infância que renova o olhar sociológico sobre ela, questionando os seus modos de a conhecer e, sobretudo, reposicionando-a em sociedade. Este novo paradigma tal como sistematizado por autores como James & Prout (1990)ⁱⁱ reestrutura premissas fundamentais no estudo da Infância, a saber: a ideia da Infância como *constructo social* (Jenks, 1990), assumindo-a como categoria social e estrutural, variando de acordo com especificidades temporais, culturais, locais e históricas das diferentes sociedades em análise; a infância e os seus mundos, as relações sociais que estabelecem, e as culturas da infância deverão ser estudadas de modo próprio, tendo em conta a perspetiva das próprias crianças e não apenas dos adultos. Um segundo fator, onde é possível encontrar momentos centrais no aparecimento da criança sujeito de direitos, impulsionada pela promulgação da Convenção dos Direitos da Criança (CDC) (ONU, 1989), e pela possibilidade teórica da criança cidadã, sobretudo fundamentada a partir dos seus direitos de participação. Não mais pensada apenas como ser necessitado de proteção, a criança é vista como sujeito ativo da sua própria vida e nos seus próprios modos, encontrando a possibilidade de ver a sua participação equacionada em contextos anteriormente exclusivos do adulto.

No mesmo sentido, e fruto de intensas discussões neste domínio, os debates sobre participação infantil e os âmbitos e contextos em que poderiam surgir alargam-se cada vez mais, para percorrerem outros até então considerados mais distantes delas. As instituições, as escolas, as estruturas de decisão política abrem-se a essa possibilidade teórica. A par destas discussões, então, surgirá a que recusa o *princípio da estranheza do político* à criança, advogando a sua incapacidade e distanciamento de uma esfera de vida, até então, exclusivamente destinada a adultos e, mesmo aqui, não a todos os adultos.

A ideia é acompanhada, ainda, de um conjunto de reconfigurações do próprio conceito de cidadania, fruto das transformações das últimas décadas em diferentes esferas da vida económica, social e política, de

processos de globalização e de reivindicação de um papel mais relevante dos cidadãos na construção das suas próprias identidades, enquanto indivíduos e coletivos (Plummer, 2003, Lister, 2007, Marchi, Sarmento, 2008, Cockburn, 2005, entre outros). Este conjunto de circunstâncias leva à reconsideração dos elementos tradicionais de classificação do cidadão, dando particular atenção a grupos cujas reivindicações exigem maior inclusão, maior acesso a direitos universais, a igualdade e, em particular, a iguais estatutos enquanto cidadãos. Assim, a alteração da natureza das esferas públicas e privadas, com limites mais difusos e flexíveis, questiona quem está dentro e fora da vida social e política, renova o debate trazendo as crianças, também, para a discussão. Se vista como membro integrante das sociedades em que se insere, que transforma e ajuda a transformar, o seu estatuto de cidadania ganha maior relevância, em particular, a da sua participação nesses mundos. É então, neste sentido, que o lugar das crianças nas sociedades democráticas e os modos como nela é capaz de participar encontra espaço nas discussões contemporâneas da cidadania.

No entanto, e observando as diferenças entre teoria e prática da cidadania, Heisler (2005) e outros autores alertam para a necessidade de considerar a cidadania como o “aqui” e “agora” (Lister, 2007), tendo em linha de conta as diferenças a nível nacional e internacional, observando-se as oportunidades para uma participação política significativa ou mesmo uma distribuição económica. Tal implica então, reequacionar alguns dos elementos enraizados nas teorias tradicionais da cidadania, como é o caso do território – o aumento de movimentos migratórios, de comunidades transnacionais, de múltiplas cidadanias puxam o pensar-se na cidadania para além dos limites das fronteiras dos Estados (Heisler, 2005, Benhabib, 2005). Uma outra questão a considerar diz respeito à utilização de uma conceção de cidadania que “serve” as sociedades ocidentais, liberais, legalistas mas que não serve igualmente para aplicação em todas as realidades existentes.

O rápido interesse que o conceito voltou a gerar, trouxe inevitavelmente dificuldades na sua definição e delimitação, quer pela multiplicidade de usos e contextos quer pela modificação de valores fundamentais, particularmente associados aos fenómenos de globalização. Estas modificações às quais se poderia associar a ideia das sociedades de risco, a de globalização trouxeram alterações importantes quer no modo como o conceito se vê teorizado quer nas implicações dessas alterações para as vivências cidadãs em todo o Mundo. As sociedades contemporâneas, marcadas por oportunidades intensas em diferentes áreas como o trabalho, a mobilidade dos cidadãos, a qualidade de vida... caracterizam-se, também, pelo acentuar de fortes assimetrias, em particular no sistema económico mundial e no acesso a bens e direitos fundamentais por parte da população mundial. Tal como referem Soares e Tomás (2004) a consideração do impacto da globalização na cidadania – e em particular, na infantil – deverá ultrapassar a consideração de processos económicos para abranger um conjunto mais complexo, de dimensões multifacetadas onde se incluem as económicas, as políticas, culturais, religiosas (Santos, 2001 cit por Soares e Tomás, 2004, p.140). A criação de desigualdades mais profundas sente-se sobretudo nos grupos sociais mais débeis, que continuam a ser afastados de centros de decisão em diferentes áreas das suas vidas e com pouco grau de influência nessas mesmas áreas (Soares, Tomás, 2004).

Uma outra ideia tradicionalmente concebida nas teorizações sobre democracia tem que ver com o direito dos cidadãos em elegerem e serem eleitos para os órgãos soberanamente formalizados para o efeito, de entre os seus concidadãos. Visto como instrumento de participação por excelência nas conceções mais tradicionais de democracia, o voto foi sistematicamente negado justamente às franjas da população consideradas sem estatuto pleno de cidadania ou, na perspetiva mais radical, aos não cidadãos (frequentemente, para este efeito, os não residentes). Historicamente, mulheres, escravos, negros, indígenas e outras minorias étnicas foram afastados desse direito, negando-se-lhes assim uma voz ativa e o poder de influenciar politicamente decisões a nível local, regional e nacional. Destas exclusões muitos desses direitos foram adquiridos em países europeus apenas nas últimas décadas do século XX precisamente, com a passagem para sistemas democráticos como foi o caso de países como Portugal em 1974, em França em 1944. Apesar da importância das conquistas e da permanência na maior parte das democracias do regime representativo, o voto é por norma atribuído como expressão máxima de participação dos cidadãos, ao atingirem a maioria (por norma, aos 18 anos, e com exceção de alguns países aos 21 ou aos 16) deixando de fora todos os membros

com idade inferior e, assim, toda uma categoria social – a infância. Ou ainda, a existência de direitos de voto que podem não ser considerados como globais mas aplicáveis apenas a algumas esferas da vida.

As novas perspectivas de cidadania rejeitam por isso, tal como Plummer (2003) havia já sugerido a ideia de naturalização de direitos e limites que definem quem é incluído e quem é excluído. Deverá por isso ser entendida não como conceito essencialista mas, sim, como uma ferramenta que pode ser utilizada em diferentes esferas de ação nas quais as diferentes comunidades se desenvolvem e onde atribuem direitos e responsabilidades “contestáveis” a grupo em áreas como a legislação, a educação, a saúde, o bem-estar. Não há por isso, para Plummer (2003) nada de inalienável ou “dado” nos direitos de cidadania, uma vez que estes são largamente dependentes das comunidades em que se desenvolvem. Do mesmo modo, Lister (2007) sugere a utilização do conceito de *universalismo diferenciado* (*differentiated universalism*) para defender a ideia de que os limites permanecem presentes mas vão-se modificando permanentemente, sendo por isso menos rigorosos e mais porosos, mais abertos à mudança. A premissa fundamental é a da consideração dos contextos em que a cidadania é pensada e de a observar como elemento fluido mais do que como cristalizado, tal como havia sido referido anteriormente. A complexificação do conceito de cidadania a que vários autores se referem (Plummer, 2003, Heisler, 2005, Fernandes e Tomás, 2004, Lister, 2007, entre outros) torna-se mais intensa quando se equacionam os seus limites, direitos e obrigações, e as questões de identidade.

A imagem da Infância e das crianças sofreu alterações significativas iniciadas, grosso modo, na última metade do século XX em diferentes áreas disciplinares e do saber. Estas ideias acompanhadas de importantes alterações que foram sendo sedimentadas até à promulgação e ratificação da Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989)ⁱⁱⁱ sintetizaram também as primeiras imagens (ou possibilidades) da criança cidadã. Embora não se referindo diretamente a esta imagem, este documento iniciou uma desconstrução do “paradigma protecionista” da Infância (Fernandes e Tomás, 2004) importante, e que abre portas a um conjunto de questões ao mesmo tempo inovadoras e problemáticas

“(…) Posteriormente, há uma tradução real destas concepções nas atitudes, nos discursos e nas práticas sociais, no desmerecimento face àquilo que as crianças dizem ou fazem. Este facto deve-se, em muitos casos, à subsistência na actualidade de velhos paradigmas face à infância, que podemos sintetizar como: Paradigma da Propriedade; Paradigma da Protecção e do Controlo; Paradigma da Perigosidade”. (Tomás e Soares, 2003 in Fernandes e Tomás, 2004, p.137).

As discussões em torno da cidadania infantil sugerem que as crianças e jovens – tal como as mulheres, minorias étnicas e raciais em tempos passados – não têm o reconhecimento formal do seu estatuto de cidadania e, nesse sentido, não encontram possibilidades de serem cidadãos na prática (Sarmiento, 1999, 2009, Lister, 2007, Jans, 2004, Roche, 1999, Lansdown, 2007, entre outros). Os debates principais advogam ainda que a aplicação de uma perspectiva centrada na formalidade dos direitos e na cidadania adulta diminui as possibilidades de serem consideradas cidadãs. Questões como as relações de poder, neste caso da supremacia adulta em relação à Infância, transformam-se em formas de desigualdade a partir da negação desse mesmo estatuto às crianças. Ainda nesta discussão, questões como a competência das crianças para o exercício do estatuto de cidadão são largamente discutidas partindo da ideia da sua incompetência para participar, negociar e co decidir com adultos e em estruturas formais de tomadas de decisão. Ainda neste domínio, a assunção da incompetência baseada na idade e na maturidade das crianças é usada de modo abstrato e muito menos debatida quando se trata da sua observação em contextos de vida específicos das vidas das crianças. A ideia de cidadania tende a relacionar-se, em termos nacionais, à ideia de soberania, e no que respeita a infância, à ideia de fim de dependência.

A cidadania é então entendida como conjunto de experiências subjetivamente vividas, em esferas públicas e privadas entrecruzadas, onde os cidadãos constroem as identidades individuais e coletivas e assumem influência e participação nas esferas de vida em que se movimentam e a que pertencem. É precisamente este sentido de inclusão das *crianças enquanto coletivo* – e não apenas enquanto membro da sociedade individualmente considerado – que não acontece, uma vez que apesar do acesso que têm a direitos de

cidadania social (direito à educação, à saúde...) veem o seu acesso a uma cidadania política, nomeadamente a participar, influenciar e co decidir, dificultado ou mesmo inexistente. Assim, as crianças permanecem como o grupo social excluído de cidadania (Sarmiento, 2009, Lansdown, 1994, 2009, Fernandes e Tomás, 2004) por excelência, baseado em diferentes assunções.

Por outro lado, esta perspetiva de “negação” ou de “limitação” do exercício de cidadania infantil não pode sequer ser generalizada e vista como uma universalidade no que toca à Infância e às crianças – tal como argumenta Sarmiento (2009) a observação de diferentes realidades culturais e sociais, como em alguns países do hemisfério Sul, revela fortes experiências de inclusão de crianças e jovens em processos formais de decisão e estruturas específicas. As suas perspetivas são frequentemente vistas como sendo pouco válidas e, por isso, com pouco interesse em poderem ser escutadas (Wyness, 2004). A *voz política* das crianças é assim ilegítima, pouco válida e desinteressante quando toca a questões políticas. Mas não se trata apenas disso, mas também da ausência de espaços e estruturas onde essa voz, mesmo que assim fosse considerada, pudesse ser ouvida e, por conseguinte, legitimada.

As questões de poder entre adultos e crianças – e da ausência das últimas face aos primeiros – é também trabalhada, com particular inspiração nas teorias feministas de cidadania (Lister, 2007, Plummer, 2003). Como diferentes autores têm sugerido (Jans, 2004, Christensen, 2003) a infância deverá ser vista enquanto realidade ambivalente – cada vez mais protegida mas, ao mesmo tempo, exigindo às crianças que se tornem cada vez mais autónomas e independentes. O paradoxo vulnerabilidade/competência não deverá ser discutido enquanto dicotomia em si, mas antes, enquanto espectro que junta diferentes modos de o equacionar como diferentes implicações para as crianças e altamente dependente de elementos como idade, experiências das crianças, contextos, natureza da situação, entre outras.

As crianças e os jovens são frequentemente excluídos de direitos políticos assumindo-se que ainda não são adultos e que não dispõem das competências necessárias para participar em processos de decisão e em processos de transformação social que lhes dizem diretamente respeito, ainda que tal aconteça em questões que as afetam diariamente e em contextos de vida muito específicos. Tal como Linares Y Bojorquez (2003) argumentam, persiste uma perspetiva de que as crianças não detêm direitos políticos uma vez que não votam ou acedem a estruturas formais de participação como, por exemplo, um partido político. Assim, as crianças permanecem a única categoria social formalmente excluída do exercício de direitos políticos (Sarmiento, 2009, Lansdown, 2007, Roche, 1999). A esfera pública, importante para o reconhecimento e participação dos cidadãos em sociedades democráticas tem vindo a ser sistematicamente invisível para as crianças nas sociedades ocidentais. As crianças são cada vez mais protegidas pelos adultos nos espaços públicos, de modo a garantir segurança. Cada vez mais crianças vivem confinadas em instituições e espaços específicos que são desenhados para elas mas não por elas/com elas (Christensen, 2008; Zeheir, 2003). Ao protegê-las e garantir-lhes segurança estamos, simultaneamente, a negar-lhes a possibilidade de serem reconhecidas como participantes ativas das suas vidas e, por isso, cidadãos. De algum modo permanece a ideia de que para proteger é necessário negar participação e para mobilizar participação estamos, de alguma maneira, a colocá-las em risco.

2. Experiências de participação infantil em contextos de poder local: a Cidade Amiga das Crianças

O Município de Aveiro aderiu, em 2008 ao protocolo das Cidades Amigas das Crianças (UNICEF), de modo a poder construir uma cidade respeitadora dos direitos das crianças, tal como definidos pela Convenção dos Direitos da Criança (CDC) (ONU, 1989). Centra-se sobretudo nos direitos de participação das mesmas no desenho de uma cidade que possa “responder” às suas necessidades, expectativas e vontades. A lógica das Cidades Amigas das Crianças pressupõe um conhecimento dos modos de vida das crianças em ambientes urbanos, dos seus modos de exploração e conhecimento do espaço bem como das condições em que o cumprimento de uma cidadania urbana se concretiza. Assim, e desde 2008, o município procedeu ao levantamento da situação da Infância junto dos diferentes atores, promovendo ações de consciencialização sobre as crianças e seus direitos, desenhando planos de ação e de formação para técnicos e interventores na

área da Infância, com parcerias com diferentes instituições como a Universidade de Aveiro. Deste levantamento surge a necessidade de auscultar as crianças, analisando modos possíveis de as envolver em processos de auscultação e tomada de decisão dentro das estruturas de poder local. Neste sentido, e autonomamente ao projeto em si, a Assembleia Municipal de Aveiro abriu, há cerca de um ano, a porta às crianças e jovens do Município, para que pudessem participar em assembleias especificamente dirigidas a eles e que debatessem temas propostos em conjunto com eles. No ano de 2011 foram organizadas assembleias em torno de dois temas fundamentais: “a minha cidade” e “participação, cidadania e inclusão”, para crianças de 1º e 2º ciclo, e para alunos de 3º ciclo e ensino secundário. A par destas assembleias, realizaram-se entrevistas com as crianças e jovens que nelas haviam participado, bem como diferentes atividades de investigação que permitissem colocá-las perante situações de tomada de decisão sobre proposta apresentadas para os problemas que haviam colocado. Um dos direitos fundamentais em que se alicerça, é precisamente o da *participação das crianças* – promoção do envolvimento das crianças em assuntos que a afetam, ouvindo as suas opiniões e tomando-as em consideração nos processos de tomada de decisão.

Tal como foi já discutido, é possível verificar que em grande parte das situações, parece ser mais fácil encontrar modos de envolver as crianças em processos de escuta das suas perspetivas, e ouvir as suas visões do mundo, do que envolvê-las em processos de co decisão, nomeadamente aqueles apontados e discutidos pelas próprias crianças. A partir da sua participação nas Assembleias tornou-se possível identificar as temáticas e preocupações das crianças e jovens face à cidade. No momento seguinte, discutiram-se essas temáticas em entrevistas, interrogando-os sobre de que modo gostariam de poder participar na resolução desses problemas e qual o papel que assumiriam.



Fig. 1. Crianças participando de Assembleia Municipal, Aveiro, janeiro de 2011

Áreas de propostas	Propostas realizadas pelas crianças
<i>Escola e Educação</i>	Equipamentos de desporto na escola; mais aquecimento; arranjar os recreios e os parques das crianças
<i>Ambiente</i>	Parque da Cidade (com animais) ; limpar a cidade; mais árvores; limpar a Ria; renovar projetos com pássaros; limpar a cidade e envolver os jovens em campanhas na cidade.
<i>Mobilidade</i>	Atenção às pessoas com mobilidade reduzida ; mais transportes públicos; mais bicicletas para crianças (BUGAS) ; parques para as BUGAS; mais circuitos de bicicletas ; mais abrigos de autocarro

<i>Políticas Urbanas</i>	Tratar de edificios abandonados; pintar os edificios; tratar dos passeios
<i>Artes e cultura</i>	Recuperar teatros antigos; mais variedade cultural; arte de rua; um museu para crianças com visitas guiadas
<i>Desporto</i>	Melhores piscinas e skateparks
Segurança	Mais polícia na cidade; menos vandalismo
Ação Social	Dar comida às pessoas necessitadas e desempregadas; sem abrigo e pessoas idosas
Saúde	Melhores urgências nos hospitais; melhores centros de saúde

Quadro 1 – síntese das propostas da Assembleia Municipal, 1º e 2º ciclos

Avaliando a sua participação nas Assembleias, as crianças e jovens consideram-na importante, de modo geral, ainda que apontem um conjunto de questões que, na sua perspetiva necessitariam de ser revistas. Parte dessas questões prendem-se com: o facto das estruturas e linguagens mobiliadas lhe serem desconhecidas, dificultando a sua participação; o tempo ser escasso para promoção de debate e discussão de ideias, um dos fatores que mais valorizaram na sua participação; questões de representatividade que consideram não estarem garantidas a todos os alunos das escolas, uma vez que apenas alguns terão acesso a essa mesma experiência.

D – acho que o positivo foi o debate, mas é assim, nós tamos a representar a escola, mas eu sou 1 em 900, da minha escola. Eu tenho uma opinião, e o meu grupo também tem outra opinião, e somos um grupo e fazemos as nossas ideias, mas certamente que se fossem buscar outros três, de outras turmas, se calhar diziam totalmente o contrário e diziam que eu estava incorreto. Ou seja, é muito limitado. Se calhar o menos positivo é ser muito limitada, a amostra da escola mas positivo é o debate, que havia pessoas, jovens que estavam em discordância com alguns aspetos, algumas ideias.[excerto de entrevista, jovem de 12º ano]

A ideia de poderem debater e confrontar diferentes pontos de vista, nomeadamente entre si mas também com adultos é altamente valorizada pelas crianças e jovens, que não assumem necessariamente que as suas ideias sejam as melhores. Neste sentido, então, procuram perceber diferentes pontos de vista e encontrar aquele que permita satisfazer o maior número de necessidades possível. Este aspeto assume-se como particularmente importante, uma vez que permite observar que as crianças e jovens reconhecem a necessidade de formação de consensos e ainda a ideia de que existem processos de priorização necessários em processos públicos de tomada de decisão. De resto, e tal como salienta Percy-Smith (2012, p.114), “(...) A reflexão, a aprendizagem e a mudança são parte dos processos participativos, no entanto existe pouca facilidade em ouvir sistematicamente essas visões e refletir nas comunicações e compromisso para a mudança”.

E – outra ideia que está por trás desta ida às assembleias, é que alguns adultos, pelo menos, pensam que vocês enquanto crianças, ou jovens, ou adolescentes, têm as vossas próprias ideias, não é, sobre o mundo, e que faz sentido ouvi-las. Porque é que vocês acham que essas ideias são importantes? Em que é que vocês acham que a vossa contribuição é importante?

C – porque ajudamos a desenvolver ajuda, em casos em que são precisos.

P – e, pronto, porque duas cabeças são melhores que uma!

[risos]

E – duas cabeças pensam melhor não é? E as vossas pensam bem, então, Pedro? [riso]. Mais?

J – também porque dizem que as crianças são o futuro. Portanto temos de fazer agora, para quando formos maiores podermos melhorar para as crianças todas.

[risos]

E – vocês acham, por exemplo, que aprendem? (...)

T – aprendi que há muita coisa para mudar.

E – aprendeste que há muita coisa para mudar? Mais?

F – que há coisas que deviam ser preservadas, também.

(...)

F – e aprendemos a ouvir a opinião das outras pessoas e que nem sempre é como aquilo que nós queríamos e pensamos.

E – Hum, hum. Essa opinião das outras pessoas inclui a dos adultos?

F – Também. É importante para as crianças verem o ponto de vista delas. De crianças que não têm preocupações, mas que também querem ajudar. [excerto de entrevista, crianças de 1º e 2º ciclo]

As lógicas de cooperação e aprendizagem salientadas pelas crianças, apontam também para a ideia de que há competências específicas que as crianças têm e que necessitam de se ver valorizadas e reconhecidas pelos adultos enquanto tal. No entanto, também aqui as crianças e jovens apontam ceticismo quando questionadas sobre a implementação das suas sugestões e o seu envolvimento futuro nas mesmas.

D – a questão da inclusão e da participação realmente é importante ser debatido, mas houve... a questão é: quais são os frutos disto? Há cá muitos jovens, como eu, que olhava para a Assembleia Municipal Jovem, que íamos levar ideias e críticas que passado algum tempo fossem estudadas, e até corrigidas. E até agora, sendo sincero, não tenho visto isso. Por isso...[excerto de entrevista, jovem de 12º ano]

E – Hum, olha, e esta ideia de, de, esta ideia de que vocês devem poder participar, porque há decisões que são tomadas pelos adultos, não é? e que vos dizem respeito, mas nas quais vocês normalmente não participa, também é uma das ideias fundamentais das assembleias. O que é que vocês acham que é assim tão diferente pelo facto de vocês serem crianças e jovens, na maneira como vocês veem as coisas?

R1 – eu acho que, por acaso, esta iniciativa, porque pronto, nós na nossa idade temos uma, como é que eu hei-de dizer? Uma visão diferente das coisas, dos adultos, e depois eles também têm uma visão diferente das coisas como nós as vemos. E acho que temos de ver um pouco dos dois lados. Porque nós podemos, como é que hei-de dizer? Hu, dar também a nossa opinião, mas os adultos também a opinião deles. E acho que se chegarmos todos a um acordo, também vai dar certo. E acho que também as nossas ideias também colaboram em alguma coisa.[excerto entrevista, 2º ciclo].

É precisamente a partir destes ceticismos que vários autores parecem apontar limitações aos modos formais de participação das crianças e jovens nestes processos: a ideia de que a auscultação, ainda que importante como estratégia inicial, raramente passa para diferentes níveis. Do mesmo modo, e tal como referem Kallio&Halki (2011), é possível observar nestes instrumentos de participação modos de ação políticos das crianças, nomeadamente ao nível do planeamento e tomada de decisão. Nestes, concebem-se espaços públicos e formais onde as crianças são inseridas e educadas em exercícios democráticos de direitos e cidadania ativa a partir do seu envolvimento em níveis oficiais de política. No nível seguinte, no nosso caso, as crianças e jovens, foram convidadas a discutir priorização de soluções para os problemas que apresentaram e sugestões para a criação de estruturas e instrumentos que efetivamente mobilizassem a sua participação. A par destas atividades, as crianças construíram mapas das suas freguesias, a partir de fotografias que tiraram e apresentaram, representando espacialmente as suas vivências, locais e necessidades e, posteriormente, convidaram presidentes das Juntas de freguesia com quem discutiram essas mesmas questões. Deste modo, foram capazes de mobilizar diferentes competências, apresentar soluções e mobilizar conhecimentos específicos da sua ordem geracional aos quais os adultos decisores, dificilmente, teriam acesso.

P – eu na Quinta do Picado, na Rua Direita, há uma loja e tem à frente um passeio para aí desta largura [exemplifica, com as mãos, a ideia de um passeio muito estreito]. Mas ali podiam alargar um bocadinho o passeio!

T – Sim, sim!

P – nem que fosse 10 cm!

E – hum, hum.

T – é que aquilo é, é um...

P – é mais, imagina uma pessoa, pronto...

G – de cadeira de rodas...

P – de cadeira de rodas, e afins... hã, se calhar não consegue andar ali naquela parte. Uma pessoa que vai de cadeira de rodas não consegue sair de lado, não é?

T – e na rua direita, os carros também circulam com muita velocidade e é perigoso.

P – alguns.

G – acho que deviam fazer passeios todos do mesmo comprimento.

[excerto entrevista, 2º ciclo]

Finalmente, as crianças e jovens trabalharam também no sentido de definirem modos de participação no poder local que considerassem adequados aos seus interesses, capacidades, ao tempo e aos recursos que possuem. Grupos de trabalho, em diferentes temas com apoio e cooperação de adultos; Construção de um espaço, em particular num edifício abandonado da cidade e que pudesse ser recuperado para esse efeito; Criação de assembleias de Escola onde os alunos possam discutir os assuntos principais e levá-los, posteriormente, às Assembleias Municipais; Trabalhar com responsáveis das comunidades locais; Criar um banco de voluntariado para trabalhar com diferentes temáticas, foram as sugestões adiantadas.

Considerações Finais

A partir das diferentes atividades desenvolvidas com os grupos de crianças e jovens, foi possível perceber que as crianças e jovens reconhecem a necessidade de terem diferentes competências, de modo a participarem nas estruturas formais disponibilizadas (falar em público, organizar ideias, promover debates...), e organizar prioridades. Estas necessidades, surgem precisamente pela possibilidade de participarem em mecanismos formais de participação, importantes para a construção de um reconhecimento público da sua ação. Não anulam, também, a necessidade de se repensarem espaços cooperativos entre crianças e adultos e a construção de alternativas que possam responder quer às suas capacidades quer aos seus interesses. Reconhecem, por isso e também a necessidade de terem adultos presentes, enquanto mediadores do seu trabalho com outras estruturas políticas da cidade e das comunidades. Ideias de alianças e de cooperação, estão mais uma vez presentes, recusando princípios de que a participação infantil possa ser sustentada por si só. A escola aparece também como referência central para as crianças, apontada como espaço de participação com pares e com professores. As crianças manifestam ainda preocupação em garantir igualdade de oportunidades dos seus pares nos processos de participação. Do mesmo modo, conseguem reconhecer “limitações” nos conhecimentos que detêm sobre diferentes assuntos, mas também, dos adultos relativamente a assuntos específicos de Infância e Juventude. Reportam-se à importância das suas experiências, de as poderem relatar aos adultos e, ainda, de as poderem confrontar com diferentes perceções. Quanto às ideias e sugestões que adiantam, as crianças parecem desejar que estas sejam implementadas, ainda que reconheçam a necessidade de as discutir e de priorizar de acordo com diferentes recursos e grupos geracionais. Quanto aos procedimentos adotados nestas estruturas, a linguagem e modos demasiado rígidos de atuar, o escasso tempo para apresentação do problema e para o debate parecem ser limitadores da sua participação sobretudo pela ausência de experiências anteriores que possam auxiliar essa mesma participação. Finalmente, a analisando modos específicos de envolvimento alguns grupos apontam o tempo livre que têm como uma mais-valia para poderem participar em diferentes projetos, sobretudo ligados à

lógica de voluntariado, que vai desde o trabalho com idosos, portadores de deficiências e recuperação de espaços públicos.

Tal como Cockburn (2008) havia já defendido, talvez tenhamos de criar diferentes espaços que não repliquem, necessariamente, modelos existentes. No final, tal como sugerem Invernizzi e Milne (2005) talvez tenhamos de considerar a implementação de métodos mistos de participação – adequando instrumentos e ainda contando com colaborações mais intensas e profundas entre adultos e crianças – uma vez que a participação, argumentaríamos, acontece num largo espectro de possibilidades, situadas em contextos específicos que contêm, em si, características específicas, recursos e motivações (Prout, 2006), mas ainda diferentes tipos de constrangimentos que impactam, de modo diferente, nas crianças como indivíduos. As ideias de interdependência (Cockburn, 1998) e da infância como fenómeno híbrido e complexo (Prout, 2005), colocando-a numa rede complexa de relações poderão permitir uma abordagem mais interessante na cidadania e participação das crianças. Neste sentido, encontraríamos uma ideia de cidadania construída com base em *experiências fragmentárias*, que constituem o quotidiano das crianças. As diferentes experiências de participação das crianças, ainda que possuindo aspetos positivos precisam de ser vistas de um ponto de vista crítico: “ainda assim diferentes questões têm sido colocadas sobre a diferença que a participação dos jovens faz e os benefícios que daí resultam em termos de impacto nas suas vidas” (Percy-Smith, 2010, p.107).

Referências Bibliográficas

- Benhabib, Seyla (2005). Borders, boundaries and citizenship. *PSOnline*. Pp. 673-677
- Christensen, Pia; James, Allison (2005). *Investigação com crianças. Perspectivas e Práticas*, Porto: ESE Paula Frassinetti
- Christensen, Pia; O'Brien, Margaret (2003). *Children in the city. Home, neighbourhood and community*. London: Routledge
- Cockburn, Tom (2005). Children as participative citizens: a radical pluralist case for 'child-friendly' public communication. *Journal of Social Sciences*, Special Issue.nº9, 19:29
- Cockburn, Tom (1998). Children and citizenship in Britain. A case for a socially interdependent model of citizenship. *Childhood*. vol. 5(1), 99:117
- Comité Português para a UNICEF (2004). *Convenção sobre os direitos da criança*. Lisboa: UNICEF
- Fernandes, Natália (2009). *Infância, Direitos e Participação. Representações, práticas e poderes*. Porto: Afrontamento
- Heiseler, Martin O. (2005). Introduction – changing citizenship theory and practice: comparative perspectives in a democratic framework. *PS online*: 667:671
- Invernizzi, Antonella; Milne, Brian (2005). Introduction: children's citizenship: a new discourse?. *Journal of Social Sciences*. Special Issue, nº9, 1:6
- James, Allison; Prout, Alan (1990), *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*, London, Falmer Press.
- Jans, Marc (2004). Children as citizens: towards a contemporary notion of child participation. *Childhood*. vol.11 (1), 27:44
- Kallio, Pauliina; Hakli, Jouni (2011). Tracing children's politics. *Political Geography*, 10
- Kay, E. ; Tisdall, John ; Davis, M ; Prout, Alan ; Hill, Malcolm (org) (2006). *Children, young people and social inclusion. Participation for what*. Bristol: Polity Press

- Lansdown, Gerrison (2010). The realisation of children's participation rights. In Percy-Smith, Barry; Thomas, Nigel (2009). *A Handbook of Children and Young People's Participation*. London: Routledge
- Linares, Maria Eugeia, Bojorquez, Nelia (2003). Dialogo de saberes sobre participacion infantil. *Tramas*. 20. Pp. 287-293
- Lister, Ruth (2007). Why citizenship: where, when and how children?. *Theoretical Inquiries on Law*. vol. 8, 693: 718
- Marchi, Rita; Sarmento, Manuel Jacinto (2008). Radicalização da Infância na segunda modernidade. Para uma sociologia da Infância crítica. *Configurações*. n°4, 91:113
- Marshall, T.H; Bottomore, Tom (1992). *Citizenship and social class*. London: Pluto Classics, Pluto Press
- Percy-Smith, Barry; Thomas, Nigel (2009). *A Handbook of Children and Young People's Participation*. London: Routledge
- Percy-Smith (2010). Councils, consultations and community: rethinking the spaces for children and young people's participation. *Children's Geography*. 8:2. Pp.107-122
- Plummer, Ken (2003). *Intimate Citizenship. Private Decisions and Public Dialogues*, Seattle: University of Washington Press
- Prout, Alan (2005). *The future of childhood*, London: Routledge
- Rayou, Patrick (1999). *La Grande École. Approche sociologique des compétences enfantines*. Paris : PUF
- Roche, Jeremy (1999). Children: rights, participation and citizenship. *Childhood-* 6:4, 475:493
- Sarmento, Manuel Jacinto ; Fernandes, Natália ; Tomás, Catarina (2006). Participação social e cidadania ativa das crianças. Rodrigues, David (2006), *Inclusão e Educação. Doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus Editorial, 141:159
- Soares, Natália; Tomás, Catarina (2004). Da Emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância: os intricados trilhos da ação, da participação e do protagonismo social e políticos da infância, in Sarmento, Manuel; Cerisara, Beatriz (org.). *Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: ASA, pp.132162
- Tomás, Catarina (2011). *Há muitos mundos no mundo» Cosmopolitismo, participação e direitos da criança. Porto: Afrontamento*
- Wyness, Michael (2006). *Childhood and Society*. London/NY: Palgrave-MacMillan
- Wyness, Michael; Harrison, Lisa; Buchanan, Ian (2004). Childhood, Politics and Ambiguity: towards an agenda for children's political inclusion. *Sociology*. 38:81, 81:99
- Zeheier, Helga (2003). Shaping daily life in urban environments. In Christensen, Pia; O'Brien, Margaret (2003). *Children in the city: home, neighbourhood and community*. London: RoutledgeFalmer

ⁱ Programa de Doutoramento em Estudos da Criança, Universidade do Minho/Instituto de Educação, orientada pelo Prof. Dr. Manuel Jacinto Sarmiento. A tese é financiada pela Fundação Ciência e Tecnologia (FCT), e inclui co supervisão pela Prof. Dr^a Pia Christensen, University of Warwick, Institute of Education.

ⁱⁱ Para uma leitura aprofundada da reconfiguração paradigmática dos Estudos da Infância, sugerimos James & Prout, 1990; James, Jenks & Prout, 1998; Corsaro, 1997; Jenks, 1992; 2001; Christensen & James, 2000, como obras de sistematização do novo paradigma de estudo da Infância.

ⁱⁱⁱ A Convenção dos Direitos da Criança é o documento internacional mais significativo no âmbito dos direitos da Criança, tendo sido aprovada em 1989 nas Nações Unidas e ratificada, por Portugal, no ano de 1990. É composta por 54 artigos, que podem ser enquadrados em três tipos de direitos: provisão, proteção e participação, tendo sido estes últimos a “grande conquista” do documento. É um avanço relativamente ao primeiro documento – Declaração dos Direitos da Crianças (ONU, 1959) - composta por 10 princípios. Tem ainda carácter vinculativo aos Estados membros que a subscrevem, obrigando-os a um conjunto de ações que visam defender, promover e assegurar o cumprimento desses mesmos direitos a todas as crianças. No caso português, a CDC e seus direitos são aplicáveis a todas as pessoas até aos 18 anos de idade – definição da maioridade no nosso País.